



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

## **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 16/2022 - TRE-ES/PRE/DG/SAO/CIA/SAP**

### **1. OBJETO**

1.1. Fornecimento e instalação de revestimento em ACM (alumínio composto) na bancada da recepção do Ed. Sede do TRE-ES.

### **2. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO**

2.1. A Contratada deverá fornecer e instalar revestimento em ACM cor prata, espessura de 4 mm, conforme planta em anexo (Adendo I);

2.2. A quantidade total de revestimento a ser instalado é a seguinte:

2.2.1. Um painel curvo medindo 4,00 m de largura por 1,10 m de altura;

2.2.2. 02 (dois) painéis curvos medindo 1,70 m de largura por 1,10 m de altura;

2.3. O revestimento deverá ter apenas duas juntas, nas laterais da bancada;

### **3. LOCAL E PRAZO DE INSTALAÇÃO**

3.1. A instalação deverá ser realizada na Sede do TRE/ES, Av. João Batista Parra, 575, Praia do Suá, Vitória-ES no **prazo máximo de 30 (trinta) dias**, contados a partir da assinatura do instrumento contratual/recebimento da nota de empenho.

### **4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

4.1. Executar os serviços de instalação referentes ao item 2 de acordo com as especificações contidas neste Termo de Referência, com fornecimento de todos os materiais constantes do referido item e demais materiais necessários para a realização dos serviços, tais como juntas de dilatação e estrutura de fixação;

4.2. **Confirmar as medidas antes do início da execução dos serviços;**

4.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto deste contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes dos materiais empregados ou da execução dos serviços;

4.4. Obedecer a melhor técnica vigente e enquadrar-se rigorosamente nos preceitos normativos quando da execução dos serviços;

4.5. O objeto desta especificação, bem como os serviços de instalações e a garantia ofertados, deverão ser prestados obrigatoriamente pela contratada, não se admitindo subcontratação, transferência no todo ou partes da obrigação assumida;

4.6. Durante a execução dos serviços, todas as superfícies e elementos acidentalmente atingidas deverão ser recuperadas, sendo utilizado material idêntico ao existente no local, procurando obter perfeita homogeneidade com as demais superfícies circundantes;

4.7. Todos os danos causados às instalações por elementos ou funcionários da contratada deverão ser reparados sem ônus para a contratante.

4.8. Caso o objeto entregue esteja em desacordo com as especificações deste Termo de Referência, a Contratada deverá substituí-lo no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir do término do prazo máximo de execução dos serviços ou a partir da data do recebimento pela Contratada da comunicação expedida pelo setor competente deste TRE/ES, caso esta contagem lhe seja mais favorável.

4.9. Autorizada a contratação, a empresa deverá devolver o instrumento contratual/nota de empenho devidamente assinado em até 03 (três) dias úteis, contados a partir do recebimento do mesmo.

4.10. O descumprimento do prazo estabelecido para assinatura do instrumento contratual/nota de empenho equivale à recusa em assiná-lo.

5. DA GARANTIA

5.1. Os serviços deverão ser garantidos por 06 (seis) meses, contados a partir da data do aceite definitivo. Neste período, a empresa compromete-se a realizar eventuais reparos ou substituir qualquer material que apresentar defeito a:dvindo da má execução do serviço ou da má qualidade do material empregado.

6. DA PROPOSTA

6.1. Ao encaminhar a proposta, o responsável pelo envio está ciente e de acordo com todas as condições estabelecidas no presente Termo de Referência, bem como de que a proposta encaminhada vincula a empresa ao cumprimento de seus termos.

7. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

7.1. O valor estimado da presente contratação é de R\$ 2.960,00 (dois mil, novecentos e sessenta reais).

8. DO PAGAMENTO:

8.1. O Contratante pagará à Contratada o valor correspondente à contratação, mediante depósito bancário em sua conta-corrente, até o 5º (quinto) dia útil subsequente à apresentação do documento fiscal, devidamente atestado pelo setor competente deste Tribunal, desde que não haja fato impeditivo provocado pela mesma, obedecida a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 5º, da Lei nº 8.666/93.

8.2. A Contratada deverá, juntamente com a apresentação do documento fiscal, informar os dados do seu domicílio bancário(banco, agência e conta) para o correspondente pagamento, bem como, se é optante pelo Simples Nacional. Caso não apresente a informação de opção pelo simples, os impostos e contribuições poderão ser devidamente retidos e recolhidos ao Tesouro Nacional.

8.3. A empresa optante pelo SIMPLES, para usufruir da isenção da retenção de tributos e contribuições estabelecida pela IN SRF nº 1234/2012, deverá apresentar declaração ORIGINAL (01) via na forma do Anexo IV daquela instrução normativa, JUNTO COM A NOTA FISCAL. CÓPIA NÃO É VÁLIDA.

9. DAS PENALIDADES

9.1. Em conformidade com as disposições previstas neste Termo de Referência, o licitante vencedor que descumprir as obrigações nele estipuladas ficará sujeito às seguintes penalidades:

Descumprimento	Percentual de multa diária	Limite de dias	Percentual total de multa	Valor de incidência da multa
Atraso na instalação	0,5%	20	10%	Total do contrato
Atraso na substituição	0,5%	20	10%	Objeto em atraso
Recusa de manutenção da proposta ou descumprimento do prazo para	-	-	20%	Total da Proposta

<b>Descumprimento</b>	<b>Percentual de multa diária</b>	<b>Limite de dias</b>	<b>Percentual total de multa</b>	<b>Valor de incidência da multa</b>
assinatura do instrumento contratual/confirmação de recebimento da Nota de Empenho.				
Prazo excepcional de instalação ou substituição	0,5%	20	10%	Objeto em atraso
Inexecução total ou parcial	-----	-----	30%	Objeto inexecutado
Qualquer outra obrigação (por ocorrência)		-----	0,5%	Total do contrato

9.2. O atraso superior a 20 (vinte) dias, na entrega ou na substituição, caracterizará a inexecução total da obrigação, suscetível à punição conforme disposto no item 9.1.

9.3. Excepcionalmente, após esse prazo e desde que haja prévia e expressa autorização da Administração, o objeto poderá ser recebido, em uma única ocorrência – na entrega ou na substituição, no prazo suplementar de até 20 (vinte) dias, sujeitando-se a Contratada à aplicação de multa diária correspondente a 0,5% (meio por cento), incidente sobre o valor do objeto em atraso, até o 20º (vigésimo) dia, podendo atingir o percentual de 10% (dez por cento), cumulativa à multa prevista no item 9.1.

9.4. A solicitação de adiamento do prazo de entrega ou de substituição, na forma do item anterior, deverá ser sempre por escrito, devendo ser recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la.

9.5. As penalidades acima não excluem as previstas no art. 49 do Decreto nº 10.024, de 20/09/2019.

9.6. As sanções porventura aplicadas pela Administração serão registradas no SICAF.

9.7. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da Lei nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo).

9.8. A contagem do prazo estabelecido no item 9.2 inicia-se automaticamente no primeiro dia de atraso na entrega e/ou na substituição do objeto, não havendo necessidade de apresentação de pedido de prorrogação de prazo pela Contratada, exceto nas hipóteses em que a Administração expressamente manifestar seu desinteresse no recebimento extemporâneo do objeto.

9.9. A contagem do prazo estabelecido no item 9.3 inicia-se a partir da data do recebimento, pela Contratada, da comunicação expedida pelo setor competente deste TRE/ES, ou a partir do término do prazo estabelecido no item 9.2, caso esta contagem seja mais favorável à Contratada.

9.10. A base de cálculo da penalidade de multa será proporcional à parcela do objeto entregue ou substituído em atraso, desde que, ao final dos prazos previstos neste item, o objeto contratado tenha sido recebido de forma integral pelo Tribunal.

9.11. A aplicação das multas previstas não exime a Contratada de reparar eventuais danos, perdas ou prejuízos que o seu ato punível venha a acarretar à Administração.

## 10. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

10.1. O objeto deste Termo de Referência somente será aceito se atendidas todas as exigências nele contidas, que serão verificadas pela Contratante após a execução dos serviços.

11. DA VISITA TÉCNICA

11.1. As empresas poderão efetuar visita técnica para auxiliar na formulação das propostas, através de contato prévio através dos telefones (27) 2121-8629 e 2121-8631.

12. DAS VEDAÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO

12.1. Para a execução do serviço objeto do presente Termo de Referência não poderão ser contratadas:

12.1.1. Empresas que possuam em seu quadro, empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, inclusive, de ocupantes de cargo de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE/ES, nos termos da Resolução CNJ Nº 07/2005 e alterações posteriores;

12.1.2. Empresas que possuam em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargo de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, nos termos da Resolução CNJ Nº 07/2005 e alterações posteriores;

12.1.3. A vedação constante do item anterior se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores da incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização;

12.1.4. Havendo alteração no quadro societário e/ou no quadro de empregados que contrarie o disposto na Resolução CNJ Nº 07/2005, essa deverá ser imediatamente comunicada a este Tribunal para as providências julgadas cabíveis;

12.1.5. A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo TRE-ES, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório.

13. DA LEI 13.709/2018 (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS):

13.1. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal, repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

13.2. Para fins de execução do objeto contratado e de cumprimento de obrigação legal ou regulatória, o Contratante poderá proceder ao tratamento dos dados pessoais dos representantes legais da Contratada, inclusive para publicação nos portais de Transparência do Contratante.

Em 24 de outubro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **BRUNO DA SILVEIRA GOMES, Chefe de Seção**, em 24/10/2022, às 14:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0842082** e o código CRC **6A6235B9**.